

Resenha

MOUFFE, Chantal; ERREJÓN, Íñigo. *Construir Pueblo: hegemonía y radicalización de la democracia*. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

Rafael Bruno Gonçalves
Universidade Federal do Pampa

O livro *Construir Pueblo: hegemonía y radicalización de la democracia* é resultado de um debate entre Íñigo Errejón e Chantal Mouffe, realizado em fevereiro de 2015 em Madrid, com o propósito de oferecer reflexões sobre o momento político atual, a construção de identidades coletivas e as novas formas de pensar a luta contra-hegemônica. A obra reflete os dilemas enfrentados pela esquerda na contemporaneidade, tomando, mais especificamente, o exemplo do Podemos e dos demais partidos que integram a chamada “nova esquerda”.

Reconhecida por ser uma referência intelectual para o pensamento político pós-marxista, Mouffe contribui neste livro com as suas observações acerca da construção das identidades políticas, defendendo que “estas não podem ser entendidas como elementos rígidos e pré-determinados, pois, se constroem constantemente¹” (p. 8). Assim como Ernesto Laclau, outro representante desta corrente de pensamento, Mouffe também realiza uma discussão sobre a utilização do termo hegemonia, presente na obra de Antonio Gramsci, com a proposta de resgatar este conceito diante das interpretações essencialistas de parte da esquerda mundial.

Baseado nesta ideia de hegemonia, apresentada por Gramsci e discutida por Laclau e Mouffe, Íñigo Errejón² desenvolve a sua linha de investigação sobre o entendimento das identidades coletivas e os processos de mudança no campo político. O trabalho teórico de Errejón, apoiado na teoria pós-marxista, influenciará diretamente a prática do Podemos na Espanha, porém, antes de apresentar os pontos essenciais deste livro sobre esta nova experiência política, é necessário compreender a irrupção do Podemos no país ibérico.

O partido político Podemos está situado dentro desta nova geração de organizações de esquerda da Europa, como por exemplo, o *Syriza* na Grécia, *Die Linke* na Alemanha e *Front de Gauche* na França. A história do Podemos começou nos protestos que ocorreram na Espanha em maio de 2011, o 15 M, porém, a fundação e apresentação oficial do partido ocorreu em 2014, em Madrid, através do lançamento público do manifesto em janeiro e o consequente registro em março

¹ Todas as traduções são de inteira responsabilidade do autor desta resenha.

² Íñigo Errejón é cientista político, doutor pela Universidade Complutense de Madrid com a tese sobre a construção da hegemonia no processo constituinte boliviano. Trabalhou como pesquisador e professor visitante em diversas universidades na Europa e na América Latina. Desde a juventude Errejón demonstra interesse pela política, mais precisamente através da militância nos movimentos sociais de esquerda e no movimento estudantil. Obteve destaque através da sua participação nos protestos antiglobalização que ocorreram em 2000 contra as reuniões do G8 na Europa. Atualmente Errejón é secretário político do Podemos, e junto com Pablo Iglesias e Juan Carlos Monedero, é responsável pela elaboração do projeto político do novo partido.

do mesmo ano. Sua primeira aparição no cenário político ocorreu através da participação nas eleições para o parlamento europeu em 2014, elegendo na ocasião cinco eurodeputados, configurando como quarta força política na Espanha. *Construir pueblo* é uma reflexão teórica sobre esta nova experiência política no campo da esquerda na atualidade, buscando entender os novos conflitos sociais, ou seja, como afirma Errejón, a necessidade de apresentar uma nova alternativa política diante da postura inerte do marxismo mais ortodoxo e da socialdemocracia, em tempos de mudança que exigem estratégias rápidas para repensar a política.

O livro, elaborado a partir dos diálogos de Errejón e Mouffe, constitui uma estimulante e agradável discussão teórica sobre estes e outros temas. A obra começa abordando sobre o projeto que moveu a elaboração do livro *Hegemonia y estratégia socialista*, de Laclau e Mouffe, em 1985. Errejón destaca a importância da obra através da revisão crítica do marxismo e da leitura produtiva do pensamento de Antonio Gramsci, sobretudo a teoria da hegemonia. Os autores também destacam a importância do conceito de antagonismo, resgatando este termo da teoria de Carl Schmitt, ou seja, a formação de um “nós” em oposição a um “eles”, onde a dimensão do “político” pressupõe um campo de conflito e antagonismo. Errejón e Mouffe admitem que a distinção entre um “eles” oposto a um “nós”, tem sido crucial para possibilitar o agrupamento do que antes era identificado como descontentamento e resignação diante de algo que possa representar uma vontade de poder diferente, uma vontade de mudança. Fundamental para a construção do “povo”, e o seu sentido político, é a ideia de “antipovo”, ou seja, um adversário que marca a impossibilidade do que é identificado como legítimo. Errejón demonstra que no caso espanhol, isto pode ser relacionado com a evolução oligárquica daqueles que ele denomina a “casta” dos privilegiados (p. 50).

Nos diálogos, os autores advertem que hoje em dia é imprescindível repensar a luta política, pois, os modelos que estão disponíveis não funcionam. Diante da indagação sobre quais os modelos de esquerda existentes, Mouffe e Errejón apontam o social-liberalismo dos vários partidos de centro-esquerda que seguem o modelo liberal, e os diversos partidos de extrema esquerda, que não possuem nenhuma estratégia para chegar ao poder. Diante deste quadro, os autores justificam a importância da questão da hegemonia, pois ela permite pensar em alternativas para estes modelos citados. Errejón adverte que todos aqueles que de fato construíram poder para as maiorias empobrecidas, fizeram isto rompendo com dogmas. A tarefa, para o teórico espanhol, é sempre “construir o povo”, uma vontade geral a partir do sofrimento dos subalternos, que não possuem nenhuma essência em comum, sendo que em algumas ocasiões, o que é caracterizado como comum é apenas a oposição aos seus dominadores, associada à esperança por um futuro melhor.

As caracterizações sobre o populismo também são destacadas em *Construir pueblo*, com o propósito de entender esta expressão política e as “situações populistas”. Errejón e Mouffe relatam as experiências nacional-populares que aconteceram na América Latina. Nesta região, segundo os autores, alguns processos populares empreenderam tarefas históricas, como por exemplo, de inclusão cidadã, criação de serviços públicos e reforma fiscal, similares ao que a socialdemocracia europeia desenvolveu. Errejón e Mouffe destacam o contexto latino americano, principalmente as caracterizações que os partidos de esquerda possuem sobre os governos nacional-populares, na maioria das vezes, situados na oposição destes governos, como por exemplo, o caso argentino, onde os partidos de esquerda são opostos ao kirchnerismo, e o Equador, onde estão contra o governo de Rafael Correa.

Os autores também comentam sobre a forma “herética” que as experiências nacional-populares são tratadas, na maioria das vezes, com hostilidade por parte da esquerda na Europa no que diz respeito aos governos progressistas na América do Sul. Relatando sobre a forma como a imprensa europeia trata dessas experiências, Mouffe observa que não existem periódicos progressistas na Europa que apresentem de maneira minimamente objetiva o que acontece na América do Sul. Quando os militantes da esquerda são perguntados sobre a razão de rejeitarem essas experiências, afirmam que “isto não é “esquerda”, que é “populismo”, colocando em oposição o que entendem como uma “boa esquerda” e uma “má esquerda” (p. 78). A boa esquerda seria o socialismo chileno de Michelle Bachelet, pelas semelhanças com os modelos europeus. A má seria o modelo venezuelano e boliviano, e no centro o caso brasileiro e argentino. Mouffe assevera que isto demonstra que a esquerda europeia não pôde aceitar a legitimidade de instituições democráticas diferentes daquelas que se encontram na Europa.

Para Mouffe, o que ocorre na América do Sul é que as experiências dos governos progressistas desenvolveram a capacidade de “recalibrar” a relação entre liberdade e igualdade, colocando de novo o elemento da soberania popular e de igualdade ao posto de comando, todavia, sem eliminar a dimensão liberal. Estas experiências na América do Sul fomentaram debates na Europa nos últimos anos, demonstrando a dificuldade em entender o populismo até mesmo entre os setores progressistas europeus. Junto com estas discussões, regressaram ao continente europeu os debates sobre as tentativas populistas reacionárias dos populismos de extrema direita, que demonstraram o perigo de que se o povo não constrói a esquerda, ele pode construir alternativas contra a esquerda também.

Resgatando a definição de populismo de Ernesto Laclau, presente na obra *La razón populista*, onde este conceito representa uma forma de construir o político que não está associado aos conteúdos ideológicos específicos ou às práticas de grupos particulares, mas sim como um modo de articulação de demandas que podem ser de diversa natureza (p. 84), Errejón e Mouffe procuram desmitificar a forma como o populismo é tratado, muitas vezes de forma pejorativa. Ambos os autores defendem uma visão distinta de populismo de esquerda, como uma forma de política concebida como guerra de posição e construção de uma vontade coletiva popular a partir de cadeias de equivalência e mobilização das paixões. Entendido desta forma, o populismo de esquerda permite estabelecer uma diferença com os partidos de centro-esquerda e de ultra-esquerda e com os partidos populistas de direita. Para Errejón, o enfoque de Laclau sobre o populismo é fundamental para a estratégia política do Podemos, ou seja, que a política de lealdade e as posições no tabuleiro da política não estão dadas *a priori*, assim como não estão pré-determinadas e nem fixadas por nenhuma condição social. Ao contrário, como observa Errejón, estas posições se constroem discursivamente, por agrupamentos na modalidade amigo/inimigo e se negociam permanentemente. Desta forma, o discurso populista é o que unifica posições e setores sociais diversos em uma dicotomização da esfera política que opõe as elites tradicionais ao “povo” ou outra denominação que possa designar a mesma operação, por exemplo, “cidadania”, “país” e “gente”, como construção pela qual os setores subalternos reivindicam com êxito a representação de um interesse geral esquecido ou traído (p. 87).

Sobre as observações de Errejón diante das ideias expressas pelo Podemos, o mesmo afirma que o partido procura subverter a divisão simbólica esquerda/direita não para substituí-la por algum tipo de fronteira moral, mas sim por uma política de claro conteúdo nacional-popular, em outras

palavras, o país real, da maioria dos que estão “abaixo” frente aos que se encontram “acima”, ou democracia oligárquica em termos mais analíticos.

Outro assunto analisado pelos autores é a questão da liderança carismática e as formas de representação. Para criar uma vontade coletiva a partir de demandas heterogêneas é necessária uma figura que possa representar sua unidade. Mouffe não acredita que possa haver um momento populista sem uma liderança. Para seguir expressando uma vontade coletiva, que também sirva como catalisadora, o líder precisa incorporar parte das razões dos representados, e se deixa de incorporar estas razões, deixa de ser um líder, dentro de uma lógica de representação. Ainda sobre esta questão, Mouffe e Errejón defendem que não existem identidades que estejam dadas, e que o partido possa simplesmente assumir esse papel de representação. A política também deve ser entendida como este processo de construção de identidades. Existe, portanto, um duplo movimento, do representado ao representante e do representante ao representado (p. 102).

Outro fato verificado nas páginas de *Construir pueblo* é a preocupação com as leituras contemporâneas sobre a pertinência dos termos esquerda e direita. O Podemos, segundo Errejón, não rechaça esta distinção, porém, o autor acredita que esta identificação não serve para a Espanha no atual momento político. A delimitação entre esquerda e direita não pode ser concebida com a fronteira principal responsável pela mudança na Espanha. Substituindo esta ideia, Errejón observa que o que existe é a postulação de uma fronteira, em termos teóricos entre democracia/oligarquia e em termos mais tangíveis entre cidadania/privilegiados ou “casta”, que explica melhor a crise que os espanhóis atravessam desde os acontecimentos políticos de 1978³. Errejón e Mouffe associam este fato sobre a crise da esquerda no país ibérico com a crise e desgaste do Partido Socialista da Espanha (PSOE).

Com relação ao papel do Podemos como ferramenta política de intervenção, lidando com a construção de um “povo” que é sempre nova, Errejón argumenta que o partido procura apelar para sujeitos mais amplos, visto que hoje existem condições para isto e que o Podemos possui vontade hegemônica e de Estado. Existe, segundo o autor, uma maioria cidadã, relativamente transversal, que está fatigada e não se sente representada, e que almeja recuperar as instituições e possui uma ferramenta para tal tarefa, com uma base progressista e democrática de construção popular, identificando os adversários e o próprio reconhecimento da contingência e pluralismo do povo. Mouffe manifesta a sua preocupação, advertindo que o Podemos não pode ser confundido com um tipo de alternativa política de terceira via, que rechaça a fronteira entre esquerda/direita. Já Errejón comenta que o Podemos reconhece que existem diferenças e projetos ideológicos distintos, ou seja, que existe uma fronteira, mas, esta é trocada pelos termos “acima/abaixo”.

Segundo os autores, uma visão antiessencialista permite entender que o desejo em alterar ou atravessar as metáforas esquerda/direita não é um simples ato de renúncia de ideologias, mas sim uma forma diferente de abordar a disputa pelo sentido. Isto demonstra a necessidade da construção de um sentido político distinto, capaz de apontar a edificação de uma vontade geral diferente, que não é dada essencialmente, e que não existe a necessidade da utilização dos termos esquerda/direita como metáforas necessárias para estruturar o campo político. Para Errejón, estes termos são úteis no momento em que servem para construir uma correlação de forças mais favorável aos subalternos (p. 111).

³ Em 1978 foi criada a Constituição Espanhola, resultado do processo denominado Transição Espanhola, que transformou o regime franquista (1975) em uma monarquia constitucional.

Mouffe e Errejón discutem em *Construir pueblo* sobre a necessidade de um projeto de radicalização da democracia, e que este requer o desenvolvimento de um tipo de “populismo de esquerda”. Segundo os autores, é imprescindível pensar nas formas de articulação das multiplicidades de lutas heterogêneas em uma vontade coletiva, um “povo”, assim como a necessidade de penetrar nas instituições para alcançar o estabelecimento de uma nova hegemonia.

Levando em consideração as mudanças no campo político e econômico, fica claro que para gerar na Europa as condições de uma luta hegemônica agonista contra a ordem neoliberal e extinguir com a noção pós-política, é necessário implementar uma política capaz de dar forma a esses novos tipos de luta. O propósito, segundo Mouffe, é estabelecer uma cadeia de equivalências entre a multiplicidade de reivindicações democráticas para colocar em questão a ordem existente e construir uma outra hegemonia. No entanto, isto requer o envolvimento com uma variedade de lutas e de formas institucionais. É necessária uma coesão entre o conflito eleitoral com a diversidade de conflitos que estão situados no campo social. Porém, é evidente que as demandas democráticas que existem na nossa sociedade não podem encontrar a sua expressão somente através de uma forma verticalizada de partido, e que também são necessárias as formas horizontais de exteriorização.

O populismo de esquerda seria esta nova organização política, capaz de articular os dois modos (p. 114). Errejón traz para este debate a forma como o Podemos busca construir as candidaturas de unidade popular e cidadã, e de como o partido procura situar-se diante das confrontações políticas na Espanha, constituindo um “nós” que não é partidarista, mas sim como uma reunião de todos os setores que não se sentem representados.

Ainda sobre a questão da hegemonia, mencionada constantemente entre os ideólogos do Podemos como elemento fundamental na estratégia política partidária, Errejón destaca que este termo constitui um tipo de poder político que se caracteriza não por uma espécie de imposição ou contraposição frontal de ideias, mas sim pela sua capacidade de rearticular assuntos e reivindicações de outros setores, integrando-os em um discurso novo capaz de transmitir um significado diferente. Desta forma, toda a hegemonia está necessariamente assinalada por posições de outros segmentos, que incorporam em um constructo novo sobre a primazia de um setor dirigente. Por sua vez, a contra-hegemonia não representa uma exterioridade pura, pouco usual ou negociação estética entre moderação e idealismo, pelo contrario, ela representa uma rearticulação de conteúdos presentes em um sentido comum de uma determinada época, movendo-se na sua ambivalência e gerando sentidos novos com materiais herdados, cujo significado não está fechado, possuindo um caráter móvel e flexível (p. 141).

As reflexões de Mouffe e Errejón permitem compreender que tanto o marxismo ortodoxo, quanto a socialdemocracia continuaram desenvolvendo um discurso estático diante das transformações que ocorrem em larga escala. A obra *Construir pueblo*, baseada em uma teoria pós-marxista, traz aportes para pensar que as identidades políticas nunca estão pré-determinadas e não são rígidas, uma vez que estão em permanente processo de construção. Trata-se de uma estimulante leitura para pensar, através de um olhar dinâmico e antiessencialista, sobre esta nova geração de movimentos políticos de esquerda que eclodem na Europa, que não assumem discursos pré-concebidos baseados em outros momentos históricos e que também não dialogam com a atual conjuntura política. *Construir pueblo* procura refletir sobre a formação destas identidades coletivas que estabelecem novas estratégias teóricas, inspirando uma nova forma de pensar a política. A obra representa um trabalho imprescindível para compreender o momento histórico atual e as diversas

questões relacionadas ao papel da esquerda política enquanto tradição emancipadora em um cenário de disputas, convocando os leitores para pensar sobre a necessária radicalização da democracia, expressão explorada e defendida pelos autores.

Resenha recebida em: novembro/2015

Resenha aceita em: junho/2018

Rafael Bruno Gonçalves (rafaelbruno1980@gmail.com) é Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e professor substituto na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).